



## A Coleção Miranda Castela: aquisição, acesso e preservação da memória visual da transição democrática em Portugal

Natália Tojo<sup>a</sup>

<sup>a</sup>*Assembleia da República, Arquivo Histórico Parlamentar, Expediente e Gestão Documental, Portugal, [natalia.tojo@ar.parlamento.pt](mailto:natalia.tojo@ar.parlamento.pt)*

---

### Resumo

A Coleção Miranda Castela documenta as profundas transformações políticas e sociais em Portugal nas décadas de 1970 e 1980, com destaque para os anos de 1974-75. Adquirida em 1997 pela Assembleia da República ao seu autor, o fotojornalista José Vicente Miranda Castela (1932-2011), constitui um valioso testemunho visual da transição portuguesa para a democracia. Esta comunicação examina o percurso deste acervo destacando a sua incorporação no Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, as práticas arquivísticas aplicadas ao seu tratamento e os desafios associados à sua preservação e divulgação. Procura demonstrar que uma política de aquisição criteriosa, aliada a estratégias de acesso aberto, não só valoriza os arquivos como também assegura a visibilidade do trabalho de fotógrafos que, de outra forma, poderia permanecer esquecido. Por fim, esta comunicação procura contribuir para o debate em torno do papel da fotografia na construção da memória e da importância dos arquivos fotográficos para o estudo da história contemporânea em Portugal.

**Palavras-chave:** Miranda Castela, Fotojornalismo, Arquivos Fotográficos, Memória Visual, Preservação, Aquisição.

---

### Introdução

A Coleção Miranda Castela<sup>1</sup> foi adquirida em 1997 pela Assembleia da República ao seu autor, o fotojornalista José Vicente Miranda Castela. Composta por dois mil quinhentos e oitenta e oito negativos em película de trinta e cinco milímetros, documenta as profundas transformações políticas e sociais vividas em Portugal nas décadas de 1970 e 1980. Particularmente relevante para o período de 1974 - 1975, constitui um valioso testemunho visual do 25 de Abril e do processo de transição para a democracia no país.

A sua integração no Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, em 2001, seguida de inventariação, digitalização e disponibilização *online*, garantiram o seu acesso. Desde então, ganhou visibilidade e tornou-se uma referência para investigadores, jornalistas, estudantes e o público em geral.

Esta comunicação examina a trajetória deste fundo documental destacando as práticas arquivísticas aplicadas ao seu tratamento e os novos desafios associados à sua preservação e divulgação. Procura demonstrar que uma política de aquisição criteriosa, aliada a estratégias de acesso aberto, não só valoriza os arquivos como também assegura a visibilidade do trabalho de fotógrafos que, de outra forma, poderia

permanecer esquecido. Uma breve análise do seu conteúdo permite-nos, por fim, refletir sobre o contributo da fotografia, e do fotojornalismo em particular, na construção da memória histórica.

## **A aquisição da Coleção Miranda Castela**

Miranda Castela (1932-2011) nasceu em Lisboa onde viveu toda a sua vida. Começou a trabalhar como jornalista em 1966, tendo colaborado com os principais jornais do país, como o Diário de Notícias, o Expresso e A Capital, antes de se juntar, em 1972, à equipa do Diário Popular, onde permaneceu até ao seu encerramento em 1991. Foi vogal do Sindicato dos Jornalistas no biénio de 1977-78 e associado da Casa da Imprensa.

Em junho de 1997, Miranda Castela contactou a Conselheira Adelina Sá Carvalho, então Secretária-Geral da Assembleia da República, para propor a cedência do seu arquivo de fotografias sobre acontecimentos políticos registados entre 1971 e 1986:

Quero referir a V. Exa. que este espólio engloba passagens bastante representativas da vida política portuguesa com incidência nos anos de 1974/1975. Se for aceite pela Assembleia da República tal ficará efectivamente bem entregue, assim se evitando que, a exemplo do que já tem acontecido, se perca mais um assinalável arquivo fotográfico<sup>2</sup>.

Reconhecendo o valor histórico das imagens, a Conselheira Adelina Sá Carvalho validou a aquisição com o objetivo de enriquecer o acervo documental da Assembleia e assegurar a sua conservação.

Em 2001 as fotografias foram transferidas para o Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, tendo sido digitalizadas em 2004 e disponibilizadas *online* em 2008. Foi mantido o sistema de organização original definido pelo autor, que havia transferido para a Assembleia da República os direitos de utilização e reprodução, permitindo assim o acesso público ao acervo.

Vinte anos após a primeira digitalização, surgiram novos desafios relacionados com a preservação e a acessibilidade deste conjunto fotográfico. Destaca-se, por um lado, a escassez de informação sobre o seu contexto de produção. Na ausência de documentação de apoio ou de informações sobre o paradeiro do seu arquivo pessoal, torna-se impossível aferir o significado destas reportagens fotográficas no âmbito da obra de Miranda Castela.

Por outro lado, ganharam relevância questões associadas à preservação digital. Se há duas décadas o principal receio dos arquivistas era a obsolescência dos formatos digitais, verifica-se que esses formatos permaneceram relativamente estáveis. Hoje, são sobretudo as limitações técnicas dos ficheiros produzidos nesse período, nomeadamente a sua reduzida dimensão e qualidade, que condicionam a sua utilização face às exigências de difusão.

Neste contexto, tornou-se prioritária uma nova digitalização, não apenas para garantir ficheiros com maior qualidade técnica, mas também devido à fragilidade do suporte original. A acidez da película de acetato de celulose exige um acompanhamento contínuo dos negativos, dada a possibilidade de degradação. Este processo técnico permitiu ainda avaliar o estado de conservação dos negativos e elaborar um relatório detalhado.

É também interessante notar que, quando os negativos da Coleção Miranda Castela foram inicialmente tratados, a fotografia analógica, ubíqua até ao final do século XX, ainda fazia parte do quotidiano. Atualmente, o progressivo desconhecimento dos negativos em película reforça a necessidade de aproximar as representações digitais dos originais analógicos. Importa, por isso, refletir sobre estratégias que evidenciem que as imagens disponíveis *online* são cópias de objetos tridimensionais com características físicas e estéticas próprias.

## O conteúdo da Coleção Miranda Castela

A Coleção abrange o fim do Estado Novo e o início do período democrático em Portugal, documentando eventos políticos decisivos, como as primeiras eleições livres em 1975. Os anos de 1974-1975 representam 52% da sua totalidade e refletem a intensidade política e social desse momento histórico. As imagens testemunham as transformações vividas na sociedade portuguesa, particularmente visíveis no crescente protagonismo e participação cívica das mulheres fotografadas por Miranda Castela.

As fotografias captadas entre o 25 de Abril e o 1.º de Maio de 1974 foram organizadas pelo autor em quatro reportagens: “Manhã do dia 25 de Abril”, “Largo do Carmo: Comemoração do 25 de Abril”, “O assalto ao edifício da PIDE” e “O 1.º de Maio”. Com exceção do assalto ao edifício da PIDE, retratam, numa perspetiva humanista, a interação entre os jovens soldados e a população nas ruas. Defendemos que estas reportagens fazem parte de um corpus visual mais vasto, designado por Fátima Lopes Cardoso (2022, pp. 262-268) como “Fotografia de Abril” que, pelo seu poder discursivo, e através de narrativas visuais comuns, contribuiu para a construção da memória coletiva da revolução e do período que se lhe seguiu.

O álbum fotográfico *Portugal Livre* (Gomes & Assis Pacheco, 1974) foi decisivo para reforçar a ideia de que os fotógrafos eram os olhos da revolução. Publicado em junho de 1974, reuniu o trabalho de vinte fotógrafos, entre os quais Eduardo Gageiro, Alfredo Cunha, Teresa Montserrat e também Miranda Castela. *Portugal Livre* ofereceu aos leitores um relato visual do 25 de Abril apresentando a fotografia como parte integrante do processo informativo: mais do que uma mera ilustração, um acessório da palavra, a imagem era a própria notícia.

Assim, a fotografia tornou-se o principal testemunho da revolução, em parte devido à sua capacidade de fixar e nos transportar para o momento fotografado. Por outro lado, os acontecimentos da manhã do 25 de Abril foram vividos no país, além dos relatos oficiais na rádio, principalmente através das imagens publicadas nos jornais vespertinos. Pela primeira vez em 48 anos, estes foram publicados sem passar pela revisão anteriormente obrigatória da Comissão de Censura (Lopes Cardoso, 2022, p. 268). Os fotojornalistas portugueses libertaram-se das restrições que durante décadas condicionaram o seu trabalho, e a força discursiva do corpus fotográfico produzido nesse dia deve-se, em grande medida, a essa nova liberdade do olhar.

## Conclusões

O percurso deste pequeno fundo fotográfico ao longo dos últimos 30 anos demonstra que o processo de digitalização e disponibilização *online* do seu conteúdo, iniciado no princípio dos anos 2000, foi determinante para a sua valorização e para o seu conhecimento. Numa fase inicial da era digital, esse trabalho teve um caráter pioneiro. Importa, por isso, reconhecer que a preservação da fotografia em arquivos constitui um processo contínuo, dependente de desenvolvimentos tecnológicos, sociais e culturais muitas vezes difíceis de antecipar, mas que podem exigir a reformulação de estratégias consideradas estáveis e permanentes.

A valorização do património fotográfico, contudo, também depende da sua contextualização indo além da conservação e difusão das fotografias para incluir toda a documentação associada à sua produção e ao seu uso. Aqui, também podemos incluir a reflexão sobre a capacidade da imagem para não só registar, mas também para construir e interpretar a história. Nesse sentido, compreender as fotografias de Miranda Castela como parte de um corpus visual mais vasto, reforça o seu valor documental e coloca-as em diálogo com outra documentação análoga mantida em arquivos privados e outras instituições culturais e de memória. Além disso, a popularidade desta coleção confirma a sua relevância como documento e o seu potencial como meio de aproximação do público à história contemporânea do país.

Por fim, a reconstituição do processo de aquisição e incorporação deste fundo evidencia os benefícios que dele resultaram, e continuam a resultar, tanto para a instituição como para o fotógrafo. No caso da Assembleia da República, permitiu reunir um conjunto documental singular para o estudo dos primeiros anos da democracia em Portugal. Para Miranda Castela, a conservação e a acessibilidade pública de parte do seu arquivo significaram perpetuar a memória do seu trabalho para as gerações futuras.

### **Referências bibliográficas**

Lopes Cardoso, F. (2022). *A fotografia documental na imprensa portuguesa. O real e o verosímil*. Instituto Politécnico de Lisboa.

Gomes, A., & Assis Pacheco, F. (1974). *Portugal Livre: 20 fotógrafos da imprensa contam tudo sobre a Revolução das Flores*. O Século.

Agradecemos o valioso contributo de Lúcia Tavares Afonso na preparação deste texto.

---

<sup>1</sup> Apesar de ser designada como “Coleção Miranda Castela”, este conjunto constitui, em termos arquivísticos, um fundo fotográfico, uma vez que resulta da atividade profissional do seu autor.

<sup>2</sup> Para todo o processo da aquisição veja-se: Arquivo Histórico Parlamentar, Ata nº 065-VII-2ª Sessão, Proposta nº 158/SG/97.